

## GABINETE DO COMANDANTE DA AERONAUTICA

## Edital 6/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2026	120001-GABINETE DO COMANDANTE DA AERONAUTICA	GRACIELE ABRAHAO DE LIMA GABRIEL	05/05/2026 14:54 (v 0.7)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	37/2026	67000.002024/2026-11

## 1. DO OBJETO

## PREGÃO ELETRÔNICO

90003/2026

## CONTRATANTE (120001)

GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA

## OBJETO

Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 263.645,35

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Conforme publicação do aviso no PNCP e D.O.U

## **Critério de Julgamento:**

**Menor preço**

## **Modo de disputa:**

**Aberto e fechado**

## **TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**

**SIM**

## **MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**

**NÃO**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA**

(Processo Administrativo nº 67000.002024/2026-11)

Torna-se público que o **Gabinete do Comandante da Aeronáutica**, por meio da **Seção de Licitações**, sediado na **Esplanada dos Ministérios, Bloco "M", 9º Andar, Brasília - DF, CEP 70045-900**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é o **registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador constam na minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa

física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

### 3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.11. sociedades cooperativas;

3.9.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.13. pessoas físicas.

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado, funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.4.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa e empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas;

5.6.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de unidade.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 1% (um por cento)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20% (vinte por cento) , nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.



7.11.5. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.20.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas brasileiras;

7.21.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União;

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante; e

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em documento original ou cópia.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.9. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **no mínimo 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.9.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **2 (duas) horas**, para:

9.11.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.11.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.11.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.12. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.9.1.

9.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## 10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias** úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco) dias** úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 (cinco) dias** úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco) dias** úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## 11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

## 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos; e

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **www.gov.br/compras e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Seção de Licitações do GABAER, situada no prédio do Comando da Aeronáutica, Esplanada dos Ministérios, Bloco “M”, 9º Andar, Brasília - DF, CEP 70.045-900, de segunda a quinta-feira, nos horários das 9 h às 16 h 30 min, e na sexta-feira, das 8 h às 11 h30 min.**

## 14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. As sanções administrativas, bem como sua dosimetria, deverão seguir o previsto na PORTARIA GABAER Nº 623/GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023 (Item 3.2.26 do Manual de Contratações Públicas do Comando da Aeronáutica), alterada pela Portaria GABAER nº 898 /GC4, de 14 de janeiro de 2025 (Item 4.4 do Manual de Contratações Públicas do Comando da Aeronáutica).

14.2. A referida Portaria poderá ser acessada por meio do sítio eletrônico:

**<https://www.sislaer.fab.mil.br/TerminalWebCENDOC/VisualizadorHtml?codigoArquivo=38982&tipoMidia=0>**.



## 15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **pregao.gabaer@fab.mil.br** ou por **petição dirigida ou protocolada no endereço Seção de Licitações do GABAER, situada no prédio do Comando da Aeronáutica, Esplanada dos Ministérios, Bloco “M”, 9º Andar, Brasília - DF, CEP 70.045-900, de segunda a quinta-feira, nos horários das 9 h às 16 h 30 min, e na sexta-feira, das 8 h às 11 h30 min.**

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **<https://www.gov.br/compras/pt-br/>**.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Anexo I - Termo de Referência - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.11.1.2. Termo de Ciência e concordância;

16.11.1.3. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Modelo Proposta de Preços; e

16.11.3. Anexo III - Minuta de Ata de Registro de Preços.

Brasília, datado conforme assinatura digital.

ELABORADO:

GRACIELE ABRAHÃO DE LIMA GABRIEL Maj Int  
Gestora de Licitações do GABAER

CONFERIDO:

VANESSA ERLER MARTINS LEHMANN Ten Cel Int  
Agente de Controle Interno

APROVADO:

LUIZ ÂNGELO DE ANDRADE PINHEIRO BORGES Cel Av  
Ordenador de Despesas por Delegação do GABAER

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GRACIELE ABRAHAO DE LIMA GABRIEL**  
Gestora de Licitação



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	EDITAL_120001-000006-2026 (ass.: GL, ACI e OD)
Data/Hora de Criação:	05/05/2026 18:03:33
Páginas do Documento:	18
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	19
Hash MD5:	b977da6334f5ab97d642b6d393ab9d80
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major GRACIELE ABRAHÃO DE LIMA GABRIEL no dia 05/05/2026 às 15:06:29 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento MARCELLA ESTEVES VITA SANTOS no dia 05/05/2026 às 15:25:14 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int VANESSA ERLER MARTINS LEHMANN no dia 05/05/2026 às 15:57:47 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel LUIZ ÂNGELO DE ANDRADE PINHEIRO BORGES no dia 05/05/2026 às 17:03:24 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

GABINETE DO COMANDANTE DA AERONAUTICA

Termo de Referência 17/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
17/2026	120001-GABINETE DO COMANDANTE DA AERONAUTICA	TATIANA FIGUEIREDO CALIMAN	30/04/2026 14:50 (v 0.19)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	37/2026	67000.002024/2026-11

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 67000.002024/2026-11)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD MIN	QTD MÁX	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ABACAXI EM CALDA	462657	LATA COM 820 G	1	80	R\$ 16,97	R\$ 1.357,60
2	AÇÚCAR DE CONFEITEIRO	463991	EMBALAGEM COM 1 KG	1	60	R\$ 11,77	R\$ 706,20
3	AÇÚCAR MASCAVO	463993	PACOTE 1 KG	1	60	R\$ 11,18	R\$ 670,80
4	AÇÚCAR REFINADO	463994	EMBALAGEM COM 1 KG	1	1500	R\$ 4,87	R\$ 7.305,00
5	AÇÚCAR REFINADO, SACHÊ COM 5 G	463997	CAIXA COM 40 ENVELOPES	1	1200	R\$ 18,85	R\$ 22.620,00

6	ADOÇANTE SACHÊ SUCRALOSE EM PÓ	422397	CAIXA COM 1000 ENVELOPES	1	30	R\$ 44,00	R\$ 1.320,00
7	ADOÇANTE, DIETÉTICO, EM PÓ, PARA USO CULINÁRIO	402843	EMBALAGEM COM 66 G	1	60	R\$ 8,30	R\$ 498,00
8	ADOÇANTE, DIETÉTICO, LÍQUIDO, A BASE DE SUCRALOSE	407523	EMBALAGEM COM 75 ML	1	300	R\$ 8,06	R\$ 2.418,00
9	ADOÇANTE, LÍQUIDO DIETÉTICO, SUCRALOSE E ACESULFAME	436134	EMBALAGEM COM 80 ML - 100 ML	1	300	R\$ 7,73	R\$ 2.319,00
10	AMEIXAS EM CALDA	462662	LATA COM 850 G	1	80	R\$ 12,50	R\$ 1.000,00
11	AMIDO DE MILHO	459077	CAIXA COM 500 G	1	240	R\$ 2,98	R\$ 715,20
12	ARROZ ARBÓREO, TIPO 1	475579	PACOTE COM 1 KG	1	200	R\$ 11,90	R\$ 2.380,00
13	ARROZ INTEGRAL, LONGO FINO, TIPO 1	474371	PACOTE COM 1 KG	1	300	R\$ 5,05	R\$ 1.515,00
14	ARROZ JAPONÊS, TIPO 1	458912	EMBALAGEM COM 1 KG	1	30	R\$ 15,68	R\$ 470,40
15	ARROZ PARBOILIZADO, LONGO FINO, TIPO 1	458908	EMBALAGEM COM 1 KG	1	200	R\$ 5,10	R\$ 1.020,00
16	ARROZ POLIDO, LONGO FINO, TIPO 1	458904	PACOTE COM 1 KG	1	2000	R\$ 4,99	R\$ 9.980,00
17	ARROZ SELVAGEM, PRETO, TIPO 1	465327	PACOTE COM 1 KG	1	50	R\$ 46,90	R\$ 2.345,00
18	ASPARGOS, BRANCOS, INTEIROS	467283	VIDRO COM 200 G	1	120	R\$ 34,49	R\$ 4.138,80
19	ATUM SÓLIDO EM ÓLEO VEGETAL	448999	LATA COM 170 G DE PESO LÍQUIDO	1	350	R\$ 5,44	R\$ 1.904,00
20	AVEIA EM FLOCOS FINOS	460501	CAIXA COM 200 G	1	300	R\$ 3,88	R\$ 1.164,00
21	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM, VIDRO COM 500 ML	463696	VIDRO COM 500 ML	1	900	R\$ 24,97	R\$ 22.473,00
22	BATATA NOISETTE CONGELADA, 0% DE GORDURA TRANS	464591	EMBALAGEM COM 1 KG	1	100	R\$ 11,98	R\$ 1.198,00
23	BATATA PALITO SUPER CONGELADA, PRÉ- FRITA	464587	EMBALAGEM COM 1 KG	1	200	R\$ 22,55	R\$ 4.510,00
24	CANJICA DE MILHO, CLASSE BRANCA, TIPO 1	463690	EMBALAGEM COM 500 G	1	100	R\$ 3,08	R\$ 308,00
25	CANJIQUINHA DE MILHO	459072	CAIXA COM 500 G	1	100	R\$ 1,99	R\$ 199,00
26	CEREJA EM CALDA	462670	VIDRO COM 200 G	1	150	R\$ 15,48	R\$ 2.322,00
27	CHAMPIGNON, EM CONSERVA	462829	VIDRO COM 170 G DE PESO LÍQUIDO	1	200	R\$ 21,49	R\$ 4.298,00
	COGUMELO FATIADO, EM	462826	VIDRO COM 320 G DE PESO	1	300	R\$ 21,49	R\$ 6.447,00

<b>28</b>	CONSERVA		LÍQUIDO				
<b>29</b>	ERVILHA, EM CONSERVA	462823	LATA COM 200 G DRENADO	1	300	R\$ 2,71	R\$ 813,00
<b>30</b>	EXTRATO DE TOMATE	459678	LATA COM PESO LÍQUIDO DE 340 G	1	1200	R\$ 3,29	R\$ 3.948,00
<b>31</b>	FARINHA DE LINHAÇA DOURADA ESTABILIZADA	301513	EMBALAGEM COM 250 G	1	100	R\$ 6,49	R\$ 649,00
<b>32</b>	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA	458918	PACOTE COM 1 KG	1	240	R\$ 4,66	R\$ 1.118,40
<b>33</b>	FARINHA DE MILHO, AMARELA	470688	PACOTE COM 500 G	1	100	R\$ 2,78	R\$ 278,00
<b>34</b>	FARINHA DE ROSCA	459152	EMBALAGEM COM 500 G	1	160	R\$ 3,32	R\$ 531,20
<b>35</b>	FARINHA DE TRIGO, ESPECIAL	460263	PACOTE COM 1 KG	1	600	R\$ 3,23	R\$ 1.938,00
<b>36</b>	FEIJÃO BRANCO, TIPO 1	464559	EMBALAGEM COM 500 G	1	60	R\$ 5,96	R\$ 357,60
<b>37</b>	FEIJÃO CARIOCA, TIPO 1	464553	EMBALAGEM COM 1 KG	1	600	R\$ 5,45	R\$ 3.270,00
<b>38</b>	FEIJÃO FRADINHO, TIPO 1	464562	EMBALAGEM COM 500 G	1	300	R\$ 6,53	R\$ 1.959,00
<b>39</b>	FEIJÃO PRETO, TIPO 1	464552	EMBALAGEM COM 1 KG	1	600	R\$ 6,85	R\$ 4.110,00
<b>40</b>	FIGOS EM CALDA. INTEIROS	462675	LATA COM PESO LÍQUIDO DE 850 G	1	100	R\$ 23,99	R\$ 2.399,00
<b>41</b>	FILÉ DE ATUM, EM AZEITE DE OLIVA, EM PALITOS	448997	EMBALAGEM COM 120 G	1	300	R\$ 4,70	R\$ 1.410,00
<b>42</b>	FLOCOS, DE MILHO, PARA CUSCUZ	459017	PACOTE COM 500 G	1	240	R\$ 2,09	R\$ 501,60
<b>43</b>	FUBA, TIPO MIMOSO, FINO	459016	EMBALAGEM COM 500 G	1	100	R\$ 1,90	R\$ 190,00
<b>44</b>	GELO, MATERIAL AGUA FILTRADA, APRESENTAÇÃO BRITADO	217780	EMBALAGEM COM 10 KG	1	400	R\$ 9,99	R\$ 3.996,00
<b>45</b>	GELO, MATERIAL AGUA FILTRADA, APRESENTAÇÃO CUBOS	217777	EMBALAGEM COM 4 KG	1	400	R\$ 8,60	R\$ 3.440,00
<b>46</b>	GENGIBRE, EM CONSERVA	463900	VIDRO COM 210 G	1	50	R\$ 21,99	R\$ 1.099,50
<b>47</b>	GOIABAS EM CALDA, METADES	462677	LATA COM 400 G DRENADO	1	60	R\$ 18,50	R\$ 1.110,00
<b>48</b>	GRANOLA INTEGRAL	444323	EMBALAGEM COM 1 KG	1	100	R\$ 13,95	R\$ 1.395,00
<b>49</b>	GRÃO DE BICO, TIPO 1	464569	EMBALAGEM DE 500 G	1	60	R\$ 6,17	R\$ 370,20
<b>50</b>	LENTILHA, CLASSE GRAUDA, TIPO 1	464574	PACOTE COM 500 G	1	72	R\$ 6,50	R\$ 468,00
<b>51</b>	MACARRÃO ITALIANO RISONI	458994	EMBALAGEM COM 500 G	1	100	R\$ 14,49	R\$ 1.449,00
<b>52</b>	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE	459002	EMBALAGEM COM 500 G	1	240	R\$ 4,00	R\$ 960,00
	MACARRÃO, TIPO		EMBALAGEM				

53	CONCHIGLIONE	467078	COM 500 G	1	120	R\$ 11,03	R\$ 1.323,60
54	MACARRÃO, TIPO FARFALLE	458996	EMBALAGEM COM 500 G	1	150	R\$ 3,29	R\$ 493,50
55	MACARRÃO, TIPO FETTUCCINE Nº 12	458984	EMBALAGEM COM 500 G	1	240	R\$ 9,45	R\$ 2.268,00
56	MACARRÃO, TIPO PENNE TRICOLOR	458994	EMBALAGEM COM 500 G	1	120	R\$ 8,00	R\$ 960,00
57	MACARRÃO, TIPO PENNE	458994	EMBALAGEM COM 500 G	1	150	R\$ 3,19	R\$ 478,50
58	MACARRÃO, TIPO TALHARIM,	459003	EMBALAGEM COM 500 G	1	120	R\$ 7,50	R\$ 900,00
59	MACARRÃO. INSTANTANEO, PRONTO EM 4 MINUTOS	467294	EMBALAGEM COM 500 G	1	40	R\$ 5,96	R\$ 238,40
60	MANDIOCA PALITO SUPER CONGELADA, PRÉ-FRITA	464593	EMBALAGEM COM 1KG	1	100	R\$ 19,50	R\$ 1.950,00
61	MANTEIGA COM SAL, BLISTER COM 10 G	446393	CAIXA COM 192 UN	1	2880	R\$ 0,98	R\$ 2.822,40
62	MANTEIGA COM SAL	446393	TABLETE COM 200 G	1	900	R\$ 9,88	R\$ 8.892,00
63	MANTEIGA SEM SAL	446394	TABLETE COM 200 G	1	1200	R\$ 11,37	R\$ 13.644,00
64	MANTEIGA, DE GARRAFA	453599	FRASCO COM 500 G	1	60	R\$ 15,00	R\$ 900,00
65	MARGARINA VEGETAL COM 80% DE LIPÍDIOS	463699	EMBALAGEM COM 500 G	1	400	R\$ 11,06	R\$ 4.424,00
66	MASSA PARA LASANHA E CANELONE, RESFRIADA	459004	PACOTE COM 500G	1	360	R\$ 5,04	R\$ 1.814,40
67	MILHO VERDE, EM CONSERVA	462824	LATA COM PESO LÍQUIDO DE 280 G	1	400	R\$ 3,05	R\$ 1.220,00
68	MINI MILHOS, INTEIROS, EM CONSERVA	462833	VIDRO COM 340 G	1	80	R\$ 21,70	R\$ 1.736,00
69	MINI PEPINOS, CORNICHONS, EM CONSERVA	468477	VIDRO COM 340 G	1	84	R\$ 36,30	R\$ 3.049,20
70	ÓLEO DE SOJA, REFINADO, COMESTÍVEL, TIPO 1	463692	EMBALAGEM COM 900 ML	1	1200	R\$ 7,97	R\$ 9.564,00
71	ÓLEO VEGETAL COMESTÍVEL, MATÉRIA- PRIMA DENDE	463695	EMBALAGEM COM 200 ML	1	100	R\$ 6,30	R\$ 630,00
72	PALMITO INTEIRO DE AÇAÍ, EM CONSERVA	460486	VIDRO COM 3.150 G	1	120	R\$ 36,29	R\$ 4.354,80
73	PALMITO PICADO, DE AÇAÍ, EM CONSERVA	460486	VIDRO COM 3.150 G	1	120	R\$ 39,71	R\$ 4.765,20
74	PATÊ, SABORES FRANGO, PERU, PRESUNTO	620459	EMBALAGEM COM 130 G	1	180	R\$ 4,96	R\$ 892,80
75	PEPINO EM CONSERVA	468533	VIDRO COM 300 G DRENADO	1	120	R\$ 32,90	R\$ 3.948,00
76	PÊSSEGOS EM CALDA, EM METADES	462684	LATA COM 800 G DE PESO LÍQUIDO	1	80	R\$ 11,10	R\$ 888,00
77	PIMENTA BIQUINHO VERMELHA, EM CONSERVA	608266	VIDRO COM 300 G	1	200	R\$ 17,50	R\$ 3.500,00



78	POLPA DE FRUTA, AÇAÍ	464493	EMBALAGEM DE 1 KG COM 10 UNIDADES	1	180	R\$ 19,32	R\$ 3.477,60
79	POLPA DE FRUTA, SABORES DE ACEROLA, CAJÁ, CAJU, CUPUAÇU, GRAVIOLA, MARACUJÁ, MORANGO, TANGERINA	464484	EMBALAGEM COM 1KG	1	1400	R\$ 15,40	R\$ 21.560,00
80	POLVILHO AZEDO	459080	EMBALAGEM COM 500 G	1	50	R\$ 5,70	R\$ 285,00
81	POLVILHO DOCE	462474	EMBALAGEM COM 500 G	1	50	R\$ 3,69	R\$ 184,50
82	QUINOA, EM GRÃOS, SEM GLÚTEN	436615	EMBALAGEM COM 1 KG	1	25	R\$ 25,35	R\$ 633,75
83	SAGU, TIPO 1	459084	EMBALAGEM COM 500 G	1	100	R\$ 4,38	R\$ 438,00
84	TAPIOCA, FÉCULA DE MANDIOCA HIDRATADA, PRONTA	465693	EMBALAGEM COM 1 KG	1	180	R\$ 10,89	R\$ 1.960,20
85	TOMATE PELADO, EM CONSERVA	459680	LATA COM PESO LÍQUIDO DE 400 G	1	400	R\$ 5,29	R\$ 2.116,00
86	TOMATE SECO, EM CONSERVA	462101	PESO DRENADO 110 G	1	500	R\$ 22,49	R\$ 11.245,00
87	TRIGO PARA KIBE	258202	PACOTE COM 500 G	1	200	R\$ 3,63	R\$ 726,00
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$ 263.645,35	

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados da emissão da correspondente nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. Havendo discrepância entre a descrição dos itens do Comprasnet e a descrição dos itens deste Termo de Referência, prevalece o previsto e descrito neste termo.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A contratação tem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, devendo atender integralmente às especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.2. Os produtos fornecidos deverão ser de primeira qualidade, dentro dos padrões de identidade e qualidade vigentes, e apresentar prazo de validade compatível com o consumo, contado a partir da data de entrega.

4.3. A contratada deverá garantir que os produtos estejam devidamente acondicionados, embalados e rotulados, contendo informações claras quanto à composição, data de fabricação, prazo de validade e identificação do fabricante.

4.4. O fornecimento deverá ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, respeitando os prazos, locais e condições de entrega previamente definidos.

4.5. A contratada deverá substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos que apresentarem irregularidades, vícios, defeitos ou que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

4.6. Os produtos deverão atender às normas sanitárias vigentes e demais legislações aplicáveis, garantindo condições adequadas de higiene, conservação e segurança alimentar.

4.7. A contratada deverá assegurar a rastreabilidade dos produtos fornecidos, sempre que aplicável, permitindo a identificação de sua origem e cadeia produtiva.

#### **Sustentabilidade**

4.8. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos:

4.8.1. A contratada deverá observar a Resolução RDC nº 275/2002 bem como as demais normas sanitárias vigentes, especialmente no que se refere às boas práticas de fabricação, armazenamento, transporte e manuseio de alimentos industrializados, assegurando a qualidade, a segurança e a adequação nutricional dos gêneros fornecidos. Deverão, ainda, ser respeitadas a legislação e as normas expedidas pelos órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais, bem como quaisquer outros instrumentos normativos aplicáveis.

4.8.2. Sempre que possível, deverão ser priorizados produtos industrializados que atendam a critérios de sustentabilidade, incluindo menor impacto ambiental ao longo de seu ciclo de vida, utilização de embalagens recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis e adoção de práticas que promovam a redução de resíduos, em conformidade com os princípios e diretrizes previstos nos arts. 5º, 11 e 26 da Lei nº 14.133/2021, na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), no Decreto nº 7.746/2012 e na Instrução Normativa nº 01/2010 do MPOG.

4.8.3. A contratada deverá adotar práticas que promovam o uso racional de recursos naturais, com ênfase na redução do consumo de água e energia durante as etapas de produção, armazenamento e distribuição dos produtos industrializados.

4.8.4. A logística de distribuição deverá ser planejada de forma a minimizar a emissão de poluentes, mediante a otimização de rotas e a realização de manutenção preventiva dos veículos utilizados no transporte.

4.8.5. Sempre que aplicável, os produtos fornecidos deverão possuir certificações ou atender a padrões reconhecidos de sustentabilidade e qualidade, emitidos por organismos competentes, garantindo transparência, rastreabilidade e conformidade ambiental.

### **Requisitos logísticos e de entrega**

4.9. A contratada deverá:

- Realizar as entregas conforme cronograma e locais definidos pela Administração;
- Garantir transporte adequado, preservando a integridade dos produtos;
- Utilizar veículos em boas condições de higiene e funcionamento; e
- Substituir, no prazo estipulado, produtos entregues em desacordo com as especificações.

### **Requisitos de habilitação técnica**

4.10. A contratada deverá comprovar:

- Regularidade junto aos órgãos de vigilância sanitária;
- Capacidade técnica para fornecimento de gêneros alimentícios; e
- Atendimento às exigências legais e regulamentares pertinentes ao objeto.

4.11. Ressalta-se que foi analisado o Plano de Logística Sustentável (PLS) do Grupamento de Apoio de Brasília (GAP-BR), no qual este Órgão está inserido. Verificou-se que não há critérios específicos aplicáveis ao presente objeto, observando-se, contudo, os critérios e práticas sustentáveis previstos no artigo 4º do Decreto nº 7.746/2012, dentre os quais:

I – baixo impacto sobre recursos naturais;

II – preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – eficiência no uso de recursos naturais, como água e energia;

IV – estímulo à geração de empregos, preferencialmente locais;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII – origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou reflorestamento.

### **Subcontratação**

4.12. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.13. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da solicitação de fornecimento via e-mail, após a emissão da correspondente nota de empenho, de forma parcelada.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Seção de Subsistência (SSUB) do GABAER, situada no subsolo do prédio do Comando da Aeronáutica, na Esplanada dos Ministérios, Bloco "M", Brasília - DF, número de telefone (61) 3966-9173.

5.3.1. As entregas deverão ocorrer nos dias úteis de segunda a quinta-feira, no período das 9:00h às 11:30h e das 14:00h às 16:30h, e às sextas-feiras, no período de 8:00h às 11:30h, recomenda-se que realizem contato antecipado sobre a entrega a fim de evitar algum tipo de transtorno. A empresa fornecedora deverá observar rigorosamente o cumprimento desses horários, ficando sujeita a devolução da mercadoria em caso de remessa fora do horário fixado.

5.3.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 2/3 (dois terços) do prazo total recomendado pelo fabricante.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. Por se tratar de aquisição de bens para entrega imediata por meio de sistema de registro de preço, o instrumento de contrato poderá ser substituído pela Administração por outro instrumento hábil, como nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, conforme previsão do Art. 95, Incisos I e II da Lei nº 14.133/2021.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **7.1 Multa:**

7.1.1. As infrações e sanções administrativas seguem o previsto na Portaria nº 623/GC4/2023, alterada pela Portaria nº 898/GC4/2025, cujo teor encontra-se no seguinte sítio eletrônico oficial:

<https://www.sislaer.fab.mil.br/TerminalWebCENDOC/VisualizadorHtml?codigoArquivo=38982&tipoMidia=0>

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. o prazo de validade;

8.11.2. a data da emissão;

8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; e

8.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

8.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.26.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.26.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.26.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **Reajuste**

8.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em 23/04/2026.

8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

### **Críticos de aceitabilidade de preços**

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços da tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

## **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.25. Para fins de habilitação econômico-financeira, será considerada a análise das demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, na forma do item 9.23.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## Qualificação Técnica

9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1. Para os itens 05, 21, 63, 79 e 86 serão exigidas a apresentação de atestado referente a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação. A exigência está em conformidade ao § 1º, do Art. 67, da Lei 14.133/2021.

9.30.1.2. Comprovação de 25% das quantidades dos itens que se enquadram no subitem já mencionado, em conformidade ao § 2º, do Art. 67, da Lei 14.133/21.

9.31. Serão admitidos, para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.32. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 263.645,35 (Duzentos e sessenta e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 0001/120001;
- II) Fonte de recursos: 1000000000;
- III) Programa de trabalho: 168884;
- IV) Elemento de despesa: : 339030; e
- V) Plano interno: SF062317200.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

## 13. ANEXO I

### Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

**(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)**

### 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 5* (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

## **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **7. ALTERAÇÕES**

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, quando for o caso, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais, quando for o caso, deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Brasília, Seção Judiciária de Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital **OU** Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GRACIELE ABRAHAO DE LIMA GABRIEL**

Equipe de Planejamento

**GABRIELA ARAUJO DE FARIAS MARTINS**

Equipe de Planejamento

**TATIANA FIGUEIREDO CALIMAN**

Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 30/04/2026 às 14:50:18.*

**ALINE COSTA DE LIMA**

Equipe de Planejamento





MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Termo de Referência (OD)
Data/Hora de Criação:	30/04/2026 20:25:59
Páginas do Documento:	20
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	21
Hash MD5:	5862f5a41c9f91664145083b4918e26c
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major GRACIELE ABRAHÃO DE LIMA GABRIEL no dia 30/04/2026 às 17:30:20 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento TATIANA FIGUEIREDO CALIMAN no dia 30/04/2026 às 18:51:40 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento GABRIELA ARAUJO DE FARIAS MARTINS no dia 04/05/2026 às 09:27:17 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento ALINE COSTA DE LIMA no dia 04/05/2026 às 09:27:37 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento MARCELLA ESTEVES VITA SANTOS no dia 04/05/2026 às 10:09:09 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int VANESSA ERLER MARTINS LEHMANN no dia 05/05/2026 às 15:57:47 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel LUIZ ÂNGELO DE ANDRADE PINHEIRO BORGES no dia 05/05/2026 às 17:03:24 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

APÊNDICE DO TERMO DE REFERÊNCIA  
GABINETE DO COMANDANTE DA AERONAUTICA

## Estudo Técnico Preliminar 13/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 67000.002024/2026-11

## 2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação tem como objetivo viabilizar a aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis para o fornecimento de refeições diárias e no apoio de copa ao efetivo, em conformidade com as atribuições e necessidades operacionais do GABAER e suas Unidades Apoiadas: Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER), Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais do Comando da Aeronáutica (ASPAER) e Consultoria Jurídica Adjunta do Comando da Aeronáutica (COJAER).

2.2. A demanda decorre de obrigações funcionais e está respaldada nas disposições previstas no Módulo 05 do MCA 145-3 (Manual Eletrônico do Sistema de Subsistência). Além disso, a demanda está intrinsecamente ligada às obrigações institucionais de hospitalidade e representação, conforme o calendário de eventos do GABAER e o respaldo da Portaria nº 1.594/GC3, de 26 de fevereiro de 2026, o que evidencia a legitimidade e a regularidade da contratação. A adoção da solução proposta atenderá aos parâmetros técnicos e administrativos estabelecidos, promovendo a padronização, previsibilidade e eficiência na execução do objeto.

2.3. A indisponibilidade desses gêneros comprometeria severamente o suporte às copas e a execução dos serviços de alimentação. Destaca-se que muitos dos itens pretendidos possuem natureza intercambiável, o que confere à Administração a segurança de manter padrão culinário e nutricional mesmo diante de eventuais interrupções no fornecimento de itens específicos. Assim, a presente contratação visa garantir o adequado suprimento de insumos para o ano de 2026, consolidando a legitimidade e a regularidade das atividades de subsistência deste Gabinete, conforme competência atribuída ao GABAER nos termos do art. 4º do ROCA 21-47.

2.4. Dessa forma, a presente contratação tem por finalidade garantir o adequado suprimento de gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis para o exercício de 2026, assegurando a continuidade e a regularidade das atividades de subsistência.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Chefe da Seção de Subsistência do GABAER	SIMONE MACHADO DA MOTTA ROQUE Maj Int

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os itens são enquadrados como bens comuns, entendidos, assim, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do Inciso XIII, do Art. 6º, da Lei 14.133/2021.

Da entrega dos itens:

4.2. O prazo de entrega dos gêneros é de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da solicitação de fornecimento via e-mail, após a emissão da correspondente nota de empenho, no seguinte endereço: Seção de Subsistência (SSUB) do GABAER, situada no subsolo do prédio do Comando da Aeronáutica, na Esplanada dos Ministérios, Bloco "M", Brasília - DF, número de telefone (61) 3966-9173.

4.2.1. A entrega de materiais deverá ocorrer nos dias úteis de segunda a quinta-feira, no período das 9:00h às 11:30h e das 14:00h às 16:30h, e às sextas-feiras, no período de 8:00h às 11:30h, recomenda-se que realizem contato antecipado sobre a entrega a fim de evitar algum tipo de transtorno. A empresa fornecedora deverá observar rigorosamente o cumprimento desses horários, ficando sujeitas a devolução da mercadoria em caso de remessa fora do horário fixado.

4.2.2. Quanto ao prazo estabelecido, destaca-se que, embora se trate de produtos não perecíveis e perecíveis, a Seção de Subsistência possui capacidade de armazenamento limitada. A manutenção de estoques excessivos pode ocasionar perdas por deterioração, gerando prejuízos financeiros e operacionais. Nesse contexto, a otimização do espaço de armazenamento mostra-se essencial para assegurar a adequada organização e o controle dos produtos. Ademais, a manutenção de um fluxo contínuo de entrada e saída de materiais contribui para evitar o acúmulo de itens próximos ao vencimento.

4.3. Tendo em vista que, conforme inciso XI do art. 7º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, compete ao órgão gerenciador praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP, registra-se neste Estudo que este Gabinete não admitirá a adesão posterior à ata de registro de preços decorrente da contratação originada pelo presente estudo. Tal vedação deriva da possibilidade de uma superposição de demandas que excederiam a capacidade de fornecimento inicialmente prevista pelos fornecedores contratados, o que poderia reduzir a disponibilidade dos bens ou serviços contratados, levando a atrasos e não atendimento às necessidades do GABAER.

4.4. Há a possibilidade prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) derivada da contratação originada pelo presente artefato de planejamento para o período de mais um ano, conforme Orientação Normativa AGU nº 89/2024, com base no art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021, c/c o art. 22 do Decreto nº 11.462, de 2023, com possibilidade de renovação do quantitativo originalmente registrado, desde que seja comprovada a manutenção do preço vantajoso para a Administração, devendo a prorrogação da ata de registro de preços ser celebrada por termo aditivo dentro do prazo de sua vigência, conforme Parecer n. 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho n. 00028/2025/GAB/DECOR/CGU /AGU, de 29 de janeiro de 2025.

#### **Capacidade Técnica:**

4.5. A contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional compatível com o objeto, comprovada por meio de experiência anterior no fornecimento de itens semelhantes, aptidão logística para entregas regulares e atendimento às normas sanitárias aplicáveis.

4.6. Os produtos fornecidos deverão atender às normas vigentes dos órgãos de controle sanitário, garantindo condições adequadas de armazenamento, transporte e entrega.

#### **Da garantia dos produtos:**

4.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.8. No caso de substituição dos produtos, as novas unidades terão os mesmos prazos de garantia originalmente concedidos aos substituídos, a contar da data que ocorrer a substituição.

4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, em razão da baixa complexidade do objeto e do baixo nível de risco na execução contratual.

#### **Sustentabilidade:**

4.10. Conforme o Guia de Nacional de Contratações Sustentáveis, 8ª Edição:

4.10.1. A contratada deverá observar a Resolução RDC ANVISA 275/2002, bem como as demais normas sanitárias vigentes, especialmente no que se refere às boas práticas de fabricação, armazenamento, transporte e manuseio de alimentos industrializados, assegurando a qualidade, a segurança e a adequação dos gêneros fornecidos. Deverão, ainda, ser respeitadas as legislações e/ou normas expedidas pelos órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais, bem como quaisquer outros instrumentos normativos aplicáveis.

4.10.2. Sempre que possível, deverão ser priorizados produtos industrializados que atendam a critérios de sustentabilidade, incluindo menor impacto ambiental ao longo de seu ciclo produtivo, utilização de embalagens recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis e adoção de práticas que promovam a redução de resíduos, em conformidade com os princípios e diretrizes de sustentabilidade previstos nos arts. 5º, 11 e 26 da Lei nº 14.133 /2021 e na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), bem como critérios estabelecidos pelo Decreto nº 7.746/2012 e pela Instrução Normativa nº 01/2010 do MPOG.

4.10.3. A contratada deverá adotar práticas que promovam o uso racional de recursos naturais, com ênfase em água e energia durante a produção, armazenamento e distribuição dos produtos industrializados.

4.10.4. A logística deverá ser organizada de forma a minimizar emissões de poluentes, com otimização de rotas e manutenção preventiva dos veículos no transporte.

4.10.5. Sempre que aplicável, os produtos fornecidos deverão possuir certificações ou atender a padrões reconhecidos de sustentabilidade e qualidade, emitidos por organismos competentes, garantindo transparência, rastreabilidade e conformidade ambiental.

4.11. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida por este Gabinete, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenhos constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT.

#### **Requisitos de Sustentabilidade:**

4.12. Legislação vigente: Os licitantes devem cumprir integralmente as disposições estabelecidas no artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 01/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como o Decreto nº 7746/2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

4.13. Embalagem sustentável: Preferencialmente, os bens devem ser acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis. Essa medida visa garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, ao mesmo tempo em que minimiza o impacto ambiental.

#### **Observância dos Critérios de Sustentabilidade:**

4.14. Esta aquisição foi conduzida em observância aos preceitos estabelecidos na Instrução Normativa nº 01/2010 - SLTI /MPOG e nas diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, 8ª edição (disponível em [https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis\\_2025.pdf/view](https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis_2025.pdf/view)), que tratam dos critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e outras providências correlatas.

4.15. Ressalta-se que foi analisado o Plano de Logística Sustentável (PLS) do Grupamento de Apoio de Brasília (GAP-BR), no qual este Órgão está inserido. Verificou-se que não há critérios específicos aplicáveis ao presente objeto, observando-se, contudo, os critérios e práticas sustentáveis previstos no artigo 4º do Decreto nº 7.746/2012, dentre os quais:

I – baixo impacto sobre recursos naturais;

II – preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – eficiência no uso de recursos naturais, como água e energia;

IV – estímulo à geração de empregos, preferencialmente locais;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII – origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou reflorestamento.

#### **Da vedação à participação de empresas em consórcio**

4.16. Nos termos do presente processo de contratação, não será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio. Tal restrição justifica-se em razão da natureza do objeto licitado, que se caracteriza como bem ou serviço comum, de baixa complexidade, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva, mediante especificações correntes no mercado, conforme dispõe o art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

4.17. Ressalte-se que a vedação ora estabelecida não configura limitação à competitividade, mas, ao revés, visa resguardá-la, na medida em que a constituição de consórcios entre empresas que, individualmente, possuem plena capacidade para atender à demanda poderia reduzir o universo de potenciais licitantes, ocasionando distorções e, eventualmente, frustrando os objetivos da licitação, delineados no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

#### **Da vedação à participação de cooperativas**

4.18. Nos termos do presente processo de contratação, não será admitida a participação de cooperativas. Tal vedação justifica-se em razão da natureza do objeto licitado, classificado como bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

4.19. A execução do objeto demanda responsabilização direta e integral da contratada pelos resultados pactuados, inclusive quanto à adequada gestão dos recursos humanos empregados, à coordenação das atividades e ao cumprimento das obrigações legais, fiscais, previdenciárias e trabalhistas eventualmente incidentes. Nesse contexto, o modelo cooperativista, regido por normas próprias e estruturado na autonomia dos cooperados, pode dificultar a identificação clara e inequívoca da responsabilidade contratual, bem como a aplicação de sanções administrativas, quando cabíveis.

4.20. Ressalte-se que a vedação ora estabelecida não implica restrição indevida à competitividade, mas medida proporcional e necessária para assegurar a efetividade da execução contratual, a segurança jurídica da Administração e a observância dos princípios previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, notadamente os princípios da eficiência, do interesse público e do julgamento objetivo.

### **5. Levantamento de Mercado**

5.1. Destaca-se que a Central de Compras do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, órgão gerenciador do AVN no âmbito da Administração pública federal direta do Poder Executivo, possui projeto para implantação do Supermercado, no entanto, ainda não há previsão de conclusão do projeto.

5.2. Tendo em vista que os itens em questão são bens comuns, de baixa complexidade e destinados a uso individual e intransferível, a aquisição é a modalidade de fornecimento mais comum no mercado. Assim, este levantamento de mercado se limitará a analisar as opções de compra disponíveis no âmbito governamental.

#### **5.3. Aquisição do total de itens.**

5.3.1. A primeira alternativa a ser analisada é a aquisição de todos os itens por meio de licitação na modalidade pregão, conforme determina o artigo 29 da Lei nº 14.133/2021. Considerando o valor estimado da contratação, a dispensa da licitação não se aplica. Entretanto, essa opção apresenta algumas limitações, como a necessidade de disponibilidade de recursos financeiros suficientes e a necessidade de estocagem dos materiais.

#### **5.4. Aquisição dos itens por meio de sistema de registro de preços**

5.4.1. O Decreto nº 11.462/2023 prevê o uso do sistema de registro de preços (SRP) em diversas situações, como: contratações de grande volume, aquisições com entregas escalonadas, atendimento a demandas variadas de diferentes órgãos, e projetos com necessidades imprevisíveis. O SRP agiliza os processos de compra, reduz custos e garante maior previsibilidade para a Administração.

5.4.2. Considerando as disposições do decreto em supra, a presente aquisição se enquadra nos casos em que a utilização do sistema de registro de preços (SRP) é possível e recomendada. A adoção do pregão como modalidade licitatória, seguida da criação de uma ata de registro de preços, permitirá à Administração adquirir os itens necessários de forma mais eficiente, econômica e transparente, otimizando os recursos orçamentários e garantindo o atendimento às demandas ao longo da vigência da ata.

5.4.3. Convém destacar que a aquisição por meio de SRP poderia ocorrer de formas distintas, uma vez que esta Unidade poderia ser gerenciador ou participante da ata de registro de preços, ou ainda aderir na condição de não participante. Ainda que a participação ou adesão sejam formas possíveis de aquisição dos bens, há riscos associados que podem comprometer o atendimento das necessidades do GABAER, principalmente no que diz respeito a perda de autonomia no gerenciamento e acompanhamento do objeto e aplicação de sanções em decorrência de irregularidades na execução do registro de preços. Dessa forma, é mais conveniente e oportuno que esta Unidade seja o órgão gerenciador da ata de registro de preços.

5.5. Tendo em vista o levantamento de mercado e das possibilidades de aquisição, esta Equipe de Planejamento julga que a solução que melhor atende a necessidade deste Gabinete é a aquisição por meio de pregão, com utilização do sistema de registro de preços, sendo o GABAER o órgão gerenciador da ata.

5.6. Outrossim, cumpre ressaltar que encontra-se incluído no plano de cargos do COMAER o Quadro de Taifeiros da Aeronáutica, com especialidades de Cozinheiro e de Arrumador, ratificando-se, com isso, que as atividades de produzir e distribuir refeições são próprias das Organizações Militares, não podendo, portanto, ser adotada como linha de ação alternativa, por exemplo, a terceirização desse serviço, em atenção ao previsto no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e no art. 9º da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A solução consiste na aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis por meio licitação na modalidade de pregão, em sua forma eletrônica, com utilização do sistema de registro de preços, sendo o GABAER o órgão gerenciador da ata.

6.2. Tal modalidade permite a aquisição contínua dos produtos conforme a demanda, garantido flexibilidade, otimização do estoque e atendimento às necessidades operacionais da Seção de Subsistência (SSUB).

6.3. Esta solução foi identificada como a mais eficaz, apresentando os maiores benefícios em termo de eficiência, economicidade e padronização dos materiais a serem adquiridos por este Gabinete. A utilização do Sistema de Registro de Preços assegura o atendimento das necessidades contínuas da SSUB durante o prazo de vigência da ata, sem implicar obrigatoriedade de contratação por parte da Administração.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1. A quantidade proposta baseia-se na média de consumo dos anos anteriores. O esgotamento precoce do estoque de alguns itens, decorrente de uma utilização superior à média, demandou a aquisição de quantidades adicionais, garantindo a continuidade dos serviços sem excessos. Em contrapartida, a menor demanda por outros itens levou à reavaliação e ajuste de suas quantidades, para evitar faltas, conforme detalhado na tabela abaixo.

7.2. Os quantitativos previstos para determinados itens superam a média de consumo histórico porque a definição das quantidades a licitar tomou como parâmetro a entrada de produtos em estoque e não o consumo isolado, metodologia que se impõe em razão da obrigação normativa de manutenção permanente de estoques mínimos reguladores: 10 dias de consumo para situações especiais, nos termos da FCA 145-13/2008, e 30 dias de consumo sem apoio externo, conforme a Portaria nº 21/AB4, de 26 de junho de 2020, combinada com a Tabela de Alimentação do Anexo

A da Portaria nº 963/SELOM/2005 do Ministério da Defesa. A diferença entre a média histórica e o quantitativo ora licitado corresponde, portanto, ao volume necessário para restabelecer os estoques reguladores nos níveis legalmente exigidos, acrescido da projeção de consumo para o período de vigência da ata, refletindo a real necessidade da Administração nos termos do art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Média de Consumo	Quantidade a ser Adquirida
1	ABACAXI EM CALDA, LATA COM 820 G DE PESO LÍQUIDO	80	80
2	AÇÚCAR DE CONFEITEIRO, EMBALAGEM COM 1 KG	120	60
3	AÇÚCAR MASCADO, PACOTE COM 1 KG	120	60
4	AÇÚCAR REFINADO, EMBALAGEM COM 1 KG	1467	1500
5	AÇÚCAR REFINADO, SACHÊ COM 5 G (CAIXA COM 40 ENVELOPES)	1200	1200
6	ADOÇANTE SACHÊ SUCRALOSE EM PÓ, CAIXA COM 1000 ENVELOPES	20	30
7	ADOÇANTE, DIETÉTICO, EM PÓ, PARA USO CULINÁRIO COM 66 G	60	60
8	ADOÇANTE, DIETÉTICO, LÍQUIDO, A BASE DE SUCRALOSE COM 75 ML	320	300
9	ADOÇANTE, DIETÉTICO, LÍQUIDO, A BASE DE SUCRALOSE E ACESULFAME COM 80 ML - 100 ML	300	300
10	AMEIXAS EM CALDA, LATA COM 850 G DE PESO LÍQUIDO	80	80
11	AMIDO DE MILHO, CAIXA COM 500 G	240	240
12	ARROZ ARBÓREO, TIPO 1, PACOTE COM 1 KG	200	200
13	ARROZ INTEGRAL, LONGO FINO, TIPO 1, PACOTE COM 1 KG	300	300
14	ARROZ JAPONÊS, TIPO 1, EMBALAGEM COM 1 KG	30	30
15	ARROZ PARBOILIZADO, LONGO FINO, TIPO 1, EMBALAGEM COM 1 KG	200	200
16	ARROZ POLIDO, LONGO FINO, TIPO 1, PACOTE COM 1KG	2000	2000
17	ARROZ SELVAGEM, PRETO, TIPO 1, PACOTE COM 1 KG	50	50
18	ASPARGOS, BRANCOS, INTEIROS, VIDRO COM 200 G	120	120
19	ATUM SÓLIDO EM ÓLEO VEGETAL, LATA COM 170 G DE PESO LÍQUIDO	350	350
20	AVEIA EM FLOCOS FINOS, CAIXA COM 200 G	300	300
21	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM, VIDRO COM 500 ML	900	900
22	BATATA NOISETTE CONGELADA, 0% DE GORDURA TRANS, EMBALAGEM COM 1 KG	100	100
23	BATATA PALITO SUPER CONGELADA, PRÉ- FRITA, EMBALAGEM COM 1 KG	200	200
24	CANJICA DE MILHO, CLASSE BRANCA, TIPO 1, EMBALAGEM COM 500 G	100	100
25	CANJIQUELHA DE MILHO, CAIXA COM 500 G	100	100
26	CEREJA EM CALDA, VIDRO COM 200 G	150	150
27	CHAMPIGNON, EM CONSERVA, VIDRO COM 170G DE PESO LÍQUIDO	200	200
28	COGUMELO FATIADO, EM CONSERVA, VIDRO COM 320G DE PESO LÍQUIDO	320	300



29	ERVILHA, EM CONSERVA LATA COM 200 G DRENADO	240	300
30	EXTRATO DE TOMATE, LATA COM PESO LÍQUIDO DE 340 G	1200	1200
31	FARINHA DE LINHAÇA DOURADA ESTABILIZADA COM 250 G	100	100
32	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA, PACOTE COM 1 KG	240	240
33	FARINHA DE MILHO, AMARELA, PACOTE COM 500 G	100	100
34	FARINHA DE ROSCA. EMBALAGEM COM 500 G	160	160
35	FARINHA DE TRIGO, ESPECIAL, PACOTE COM 1 KG	600	600
36	FEIJÃO BRANCO, TIPO 1, EMBALAGEM DE 500 G	60	60
37	FEIJÃO CARIOCA, TIPO 1, EMBALAGEM DE 1 KG	600	600
38	FEIJÃO FRADINHO, TIPO 1. EMBALAGEM DE 500 G	300	300
39	FEIJÃO PRETO, TIPO 1, EMBALAGEM DE 1 KG	600	600
40	FIGOS EM CALDA. INTEIROS. LATA COM 850G DE PESO LÍQUIDO	100	100
41	FILÉ DE ATUM, EM AZEITE DE OLIVA, EM PALITOS COM 120 G	300	300
42	FLOCOS, DE MILHO, PARA CUSCUZ, PACOTE COM 500 G	180	240
43	FUBA, TIPO MIMOSO, FINO, EMBALAGEM DE 500 G	80	100
44	GELO, MATERIAL AGUA FILTRADA, APRESENTAÇÃO BRITADO EMBALAGEM COM 10 KG	310	400
45	GELO, MATERIAL AGUA FILTRADA, APRESENTAÇÃO CUBOS EMBALAGEM COM 4 KG	333	400
46	GENGIBRE, EM CONSERVA, VIDRO COM 210 G	50	50
47	GOIABAS EM CALDA, METADES. LATA COM 400 G DRENADO	60	60
48	GRANOLA, INTEGRAL, PESO LIQUIDO DE 1 KG	100	100
49	GRÃO DE BICO, TIPO 1, EMBALAGEM DE 500 G	60	60
50	LENTILHA, CLASSE GRAUDA, TIPO 1, PACOTE COM 500 G	72	72
51	MACARRÃO ITALIANO RISONI, EMBALAGEM COM 500 G	100	100
52	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE, EMBALAGEM COM 500 G	240	240
53	MACARRÃO, TIPO CONCHIGLIONE, EMBALAGEM COM 500 G	120	120
54	MACARRÃO, TIPO FARFALLE, EMBALAGEM COM 500 G	150	150
55	MACARRÃO, TIPO FETTUCCINE N° 12, EMBALAGEM COM 500 G	200	240
56	MACARRÃO, TIPO PENNE TRICOLOR, EMBALAGEM COM 500 G	120	120
57	MACARRÃO, TIPO PENNE, EMBALAGEM COM 500 G	150	150
58	MACARRÃO, TIPO TALHARIM, EMBALAGEM COM 500 G	120	120
59	MACARRÃO. INSTANTANEO, PRONTO EM 4 MINUTOS, EMBALAGEM COM 500 G	40	40
60	MANDIOCA PALITO SUPER CONGELADA, PRÉ-FRITA, EMBALAGEM COM 1KG	110	100
61	MANTEIGA COM SAL, BLISTER COM 10 G, CAIXA COM 192 UN	2880	2880
62	MANTEIGA COM SAL, TABLETE COM 200 G	1033	900
63	MANTEIGA SEM SAL, TABLETE COM 200 G	1067	1200
64	MANTEIGA, DE GARRAFA, FRASCO COM 500 G	60	60
65	MARGARINA VEGETAL COM 80% DE LIPÍDIOS, EMBALAGEM COM 500 G	267	400
	MASSA PARA LASANHA E CANELONE, RESFRIADA, PACOTE		

66	COM 500G	360	360
67	MILHO VERDE, EM CONSERVA. LATA COM PESO LÍQUIDO DE 280 G	400	400
68	MINI MILHOS, INTEIROS, EM CONSERVA, VIDRO COM 340 G	80	80
69	MINI PEPINOS, CORNICHONS, EM CONSERVA, VIDRO COM 340 G	84	84
70	ÓLEO DE SOJA, REFINADO, COMESTÍVEL, TIPO 1, EMBALAGEM COM 900 ML	1133	1200
71	ÓLEO VEGETAL COMESTÍVEL, MATÉRIA-PRIMA DENDE, EMBALAGEM COM 200 ML	100	100
72	PALMITO INTEIRO DE AÇAÍ, EM CONSERVA COM 3.150 G	113	120
73	PALMITO PICADO, DE AÇAÍ, EM CONSERVA COM 3.150 G	120	120
74	PATÊ, SABORES FRANGO, PERU, PRESUNTO COM 130 G	180	180
75	PEPINO EM CONSERVA, VIDRO COM 300 G DRENADO	120	120
76	PÊSSEGOS EM CALDA, EM METADES, LATA COM 800 G DE PESO LÍQUIDO	80	80
77	PIMENTA BIKINHO VERMELHA, EM CONSERVA, VIDRO COM 300 G	200	200
78	POLPA DE FRUTA, AÇAÍ, EMBALAGEM DE 1 KG COM 10 UNIDADES	157	180
79	POLPA DE FRUTA, SABORES DE ACEROLA, CAJÁ, CAJU, CUPUAÇU, GRAVIOLA, MARACUJÁ, MORANGO, TANGERINA, EMBALAGEM COM 1KG	933	1400
80	POLVILHO AZEDO, EMBALAGEM COM 500 G	50	50
81	POLVILHO DOCE, EMBALAGEM COM 500 G	50	50
82	QUINOA, EM GRÃOS, SEM GLÚTEN, EMBALAGEM COM 1 KG	25	25
83	SAGU, TIPO 1. EMBALAGEM COM 500 G	100	100
84	TAPIOCA, FÉCULA DE MANDIOCA HIDRATADA, PRONTA, EMBALAGEM COM 1 KG	180	180
85	TOMATE PELADO, EM CONSERVA, LATA COM PESO LÍQUIDO DE 400 G	433	400
86	TOMATE SECO, EM CONSERVA, PESO DRENADO 110 G	500	500
87	TRIGO PARA KIBE, PACOTE COM 500 G	200	200

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 263.645,35

8.1. A estimativa do valor da contratação pretendida foi levantada através de pesquisa de preços realizada conforme artigo 5º, incisos I e III da IN 65 de 7 de julho de 2021, conforme demonstrado na Nota Técnica anexa ao processo.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Conforme disposto na alínea "b" do inciso V do art. 40, bem como no art. 47, §1º, ambos da Lei no 14.133/2021, a solução será executada de forma parcelada por ser mostrar mais viável, econômica e vantajosa para Administração, conforme demonstrado neste presente Estudo Técnico Preliminar.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1 Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1 A contratação pretendida está elencada no PCA 2026 (120001/000037/2026), do GABAER.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. O GABAER almeja atender às copas e à execução dos serviços de alimentação do pessoal arranchado, no que se refere ao fornecimento de alimentação, em consonância com as competências estabelecidas no art. 4º do ROCA 21-47, que prevê operacionalizar o seu relacionamento com as demais Organizações do COMAER, com o Ministério da Defesa, com os demais Comandos Militares e com as demais instituições da Administração Pública direta ou indireta, no âmbito federal, estadual, distrital e municipal.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. Não se verificam providências a serem adotadas para a presente contratação.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. Os impactos ambientais relacionados à aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis estão associados à garantia da segurança, qualidade e adequada manipulação dos alimentos, bem como à minimização dos efeitos ambientais ao longo de seu ciclo de produção, transporte, armazenamento e descarte de embalagens.

14.2 Considera-se que os principais impactos ambientais podem incluir:

- Geração de resíduos sólidos provenientes das embalagens dos produtos;
- Consumo de recursos naturais, como água e energia, durante a produção, armazenamento e transporte;
- Emissões de poluentes decorrentes da logística de distribuição;
- Risco de contaminação em caso de falhas no transporte ou armazenamento inadequado.

14.3. As medidas mitigadoras adotadas incluem:

- Priorização de produtos com embalagens recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis;
- Adoção de boas práticas de fabricação e armazenamento, conforme RDC ANVISA nº 275/2002 e nº 359/2003;
- Implementação de rotas logísticas otimizadas e manutenção preventiva de veículos, reduzindo emissões de poluentes;
- Controle rigoroso de estoque e manuseio de produtos para garantir qualidade e segurança alimentar;
- Promoção do uso racional de recursos naturais, especialmente água e energia, durante todas as etapas de fornecimento.

14.4. Dessa forma, a aquisição proposta busca minimizar impactos ambientais, garantindo ao mesmo tempo a segurança, qualidade e a continuidade do atendimento às necessidades da Seção de Subsistência.

## **15. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1. A contratação se mostra técnica e economicamente viável e atende às necessidades do Comando da Aeronáutica.

15.1.2. As informações contidas neste Estudo Técnico Preliminar não são classificadas como sigilosas.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Documento emitido em Brasília/DF, dia 23 de abril de 2026.

**GRACIELE ABRAHAO DE LIMA GABRIEL**

Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 15:11:21.*

**GABRIELA ARAUJO DE FARIAS MARTINS**

Equipe de Planejamento

**TATIANA FIGUEIREDO CALIMAN**

Equipe de Planejamento

**ALINE COSTA DE LIMA**

Equipe de Planejamento



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ETP120001_000013_2026 (OD)
Data/Hora de Criação:	05/05/2026 18:12:44
Páginas do Documento:	10
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	11
Hash MD5:	c9d27d9111a853f5f4efe812c399dc45
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major GRACIELE ABRAHÃO DE LIMA GABRIEL no dia 05/05/2026 às 15:13:24 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento ALINE COSTA DE LIMA no dia 05/05/2026 às 15:16:03 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento GABRIELA ARAUJO DE FARIAS MARTINS no dia 05/05/2026 às 15:16:25 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento TATIANA FIGUEIREDO CALIMAN no dia 05/05/2026 às 15:19:35 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento MARCELLA ESTEVES VITA SANTOS no dia 05/05/2026 às 15:25:14 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int VANESSA ERLER MARTINS LEHMANN no dia 05/05/2026 às 15:57:47 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel LUIZ ÂNGELO DE ANDRADE PINHEIRO BORGES no dia 05/05/2026 às 17:03:24 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

## ANEXO II

### MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Ao Sr. Pregoeiro do GABAER

Ref.: Pregão nº **XX/GABAER/2026**

Prezado Sr., apresento nossa proposta, conforme a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD	MARCA	MODELO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1							
2							
3							
VALOR TOTAL (R\$)							

### PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO

NOME DA EMPRESA POR EXTENSO: **EXEMPLO LTDA**

CNPJ: **000.000.000/0001-00**

ENDEREÇO: **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

CEP: **00000-000**

Nº TELEFONE: **(XX) XXXX XXXX**

EMAIL: **XXXXXXXX**

DATA DA PROPOSTA: **DD/MM/AAAA**

BANCO: **BANCO XXX**

AGÊNCIA: **XXXXXX-X**

CONTA-CORRENTE: **XXXXXX-X**

VALIDADE DA PROPOSTA: **XX DIAS (NO MÍNIMO 60 DIAS)**

Declaro expressamente que:

- os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação;
- estou ciente das Obrigações a mim imputadas, por meio do Edital da referida licitação, bem como suas demais peças;
- ratifico que as hipóteses de extinção dos contratos são aquelas previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(Nome da Empresa)  
(Representante Legal)



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ANEXO II - MODELO PROPOSTA DE PREÇOS (Ass. GL, ACI e OD)
Data/Hora de Criação:	30/04/2026 18:18:47
Páginas do Documento:	1
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	2
Hash MD5:	25ee9599650085d0c19cd01edd19270b
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major GRACIELE ABRAHÃO DE LIMA GABRIEL no dia 30/04/2026 às 17:30:21 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento MARCELLA ESTEVES VITA SANTOS no dia 04/05/2026 às 11:03:53 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int VANESSA ERLER MARTINS LEHMANN no dia 05/05/2026 às 15:57:47 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel LUIZ ÂNGELO DE ANDRADE PINHEIRO BORGES no dia 05/05/2026 às 17:03:24 no horário oficial de Brasília.



## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Ata de Registro de Preços 4/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	120001-GABINETE DO COMANDANTE DA AERONAUTICA	GRACIELE ABRAHAO DE LIMA GABRIEL	05/05/2026 15:00 (v 0.6)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	37/2026	67000.002024/2026-11

1. DO OBJETO



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA

Processo Administrativo nº 67000.002024/2026-11

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

O Comando da Aeronáutica, por meio do Gabinete do Comandante da Aeronáutica (GABAER), com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco “M”, na cidade de Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.394.429/0057-65, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas por Delegação, Coronel Aviador LUIZ ÂNGELO DE ANDRADE PINHEIRO BORGES, designado para a função pelo Boletim Interno Ostensivo nº 56, de 26 de março de 2026, e em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela, Portaria nº 1911/SPM, de 29 de dezembro de 2025, publicada no Boletim Interno Ostensivo nº 238, de 30 de dezembro de 2025, portador da Matrícula Funcional nº XXXXXX, considerando o julgamento da *na modalidade de pregão*, na forma eletrônica para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º 67000.002024/2026-11, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis e perecíveis, especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação n.º 6 /2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o Gabinete do Comandante da Aeronáutica.
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada no estudo técnico preliminar.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

- 5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
- 5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços.
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.7.2. quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

- 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
  - 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
  - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
  - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
  - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
    - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
  - 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
  - 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11. CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
- 11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
- Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

12. ANEXO

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]
---------	---



TR								
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**GRACIELE ABRAHAO DE LIMA GABRIEL**  
Gestora de Licitação



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ANEXO III - MINUTA DE ATA_120001-000004-2026 (Assinatura GL, ACI e OD)
Data/Hora de Criação:	05/05/2026 18:04:24
Páginas do Documento:	8
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	9
Hash MD5:	b423b3a1a5f335a3e586b002b3014577
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major GRACIELE ABRAHÃO DE LIMA GABRIEL no dia 05/05/2026 às 15:06:29 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento MARCELLA ESTEVES VITA SANTOS no dia 05/05/2026 às 15:25:15 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int VANESSA ERLER MARTINS LEHMANN no dia 05/05/2026 às 15:57:47 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel LUIZ ÂNGELO DE ANDRADE PINHEIRO BORGES no dia 05/05/2026 às 17:03:24 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO